

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA
(TP SUL) S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.
- CNPJ/MF: 15.286.437/0001-00
- Atividades: a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
 - Séries: Única
 - Data de Emissão: 20/06/2013
 - Data de Vencimento*: 20/12/2016
- *Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 - Código Cetip/ISIN: TPSU11/ BRTPSUDBS005
 - Coordenador Líder: HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para investimentos na própria Companhia, por meio da compra de equipamentos e na construção das seguintes instalações e transmissão: (i) Linha de transmissão Ribeirãozinho – Rio Verde Norte, 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 250km, com origem na subestação Ribeirãozinho e término na estação Rio Verde Norte; (ii) Linha de transmissão Rio Verde Norte – Marimbondo II, 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 350km, com origem na subestação Rio Verde Norte e término na estação Marimbondo II e (iii) Subestações Ribeirãozinho, Rio Verde Norte e Marimbondo II, todas em 500 kV, com equipamentos de compensação reativa e respectivas

conexões, entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio (“Projetos da Companhia”).

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 15/01/2016, foi aprovada a alteração do parágrafo 3º do artigo 28, referente à outorga de poderes pela Sociedade.

Em AGE, realizada em 29/12/2016, foram aprovadas alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) parágrafo 4º do artigo 5º e artigo 8º, em virtude de deliberação do aumento do capital social autorizado; e (ii) caput do artigo 5º, em virtude de deliberação do aumento do capital social dentro do limite autorizado.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 35.12-3-00 - Transmissão de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 2,42 em 2015 para 2,88 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,31 em 2015 para 2,61 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,31 em 2015 para 2,61 em 2016;
- Giro do Ativo: manteve-se em 025 em 2015 e 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 27,6% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou redução de 24,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 35,4% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 14.041,2% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 15,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO*: (i) 100% do DI + 0,65% a.a., desde a Data de Emissão (inclusive) até 20/12/2014 (exclusive); (ii) 100% do DI + 0,90% a.a., desde 20/12/2014 (inclusive) até 20/06/2015 (exclusive); (iii) 100% do DI + 2,30% a.a., desde 20/06/2015 (inclusive) até 20/12/2015 (exclusive); (iv) 100% do DI + 2,30% a.a., desde 20/12/2015 (inclusive) até 20/06/2016 (exclusive); e (v) 100% do DI + 2,30% a.a., desde 20/06/2016 (inclusive) até a Data de Vencimento ou, conforme o caso, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência de vencimento antecipado ou Resgate Antecipado Obrigatório, ou, ainda por outro motivo previsto na Escritura de Emissão.

*Redação em conformidade com o 4º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

20/12/2016 – R\$ 1.000.000,000000 (vencimento)

Juros:

20/06/2016 – R\$ 78.548,86400000

20/12/2016 – R\$ 80.688,17100000

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 400

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permaneceu(ram) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	16.284	106.129
Contas a receber	10	9.642	-
Ativo financeiro	12	76.536	23.942
Impostos a recuperar	11	1.469	2.925
Outros ativos circulantes		3.498	243
Total do ativo circulante		107.429	133.239
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro	12	1.139.406	904.955
Imobilizado		112	233
Intangível		89	-
Total do ativo não circulante		1.139.607	905.188
Total do ativo		1.247.036	1.038.427

Passivo e patrimônio líquido
Circulante

Fornecedores	13	13.206	5.207
Retenção Contratual		423	473
Debêntures	16	-	401.726
Empréstimos e financiamentos	15	9.927	-
Salários e encargos		410	289
Impostos e contribuições sociais	14	3.160	6.826
Dividendos a pagar	18.c	11.254	8.016
Encargos setoriais		895	-
Outros passivos circulantes		1.824	3.329

Total do passivo circulante

41.099 425.866

Não circulante

Empréstimos e financiamentos	15	378.528	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	13.184	2.770

Total do passivo não circulante

391.712 2.770

Patrimônio líquido

Capital social	18.a	803.832	619.007
Reserva legal	18.b	681	-
Dividendos adicionais propostos	18.c	9.712	-
Prejuízos acumulados		-	(9.216)

Total do patrimônio líquido

814.225 609.791

Total do passivo e do patrimônio líquido

1.247.036 1.038.427

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Receita operacional líquida	19	310.380	260.728
Custo de construção	20	(197.121)	(197.226)
Despesas de operação e manutenção - O&M		(1.368)	-
Perdas pelo valor da indenização / renovação		(4)	-
		<hr/>	<hr/>
Lucro bruto		111.887	63.502
Despesas operacionais			
Pessoal		(3.588)	(2.089)
Serviços de terceiros		(2.070)	(1.920)
Outros		(261)	(396)
		<hr/>	<hr/>
Total		(5.919)	(4.405)
		<hr/>	<hr/>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		105.968	59.097
		<hr/>	<hr/>
Receitas financeiras	21	5.668	2.595
Despesas financeiras	21	(79.361)	(73.220)
		<hr/>	<hr/>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.275	(11.528)
		<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(9.429)	3.872
		<hr/>	<hr/>
Lucro líquido /(prejuízo) do exercício		22.846	(7.656)
		<hr/>	<hr/>

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota explicativa 6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de abril de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

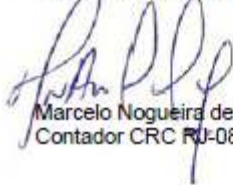
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6